



UEPB

**CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA

Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

EDRIANO PEREIRA DA SILVA

**TERRA DE TRABALHO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES NO ESPAÇO AGRÁRIO DE LAGOA DE DENTRO – PB**

**GUARABIRA – PB
2022**

EDRIANO PEREIRA DA SILVA

**TERRA DE TRABALHO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES NO ESPAÇO AGRÁRIO DE LAGOA DE DENTRO - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC-Monografia) apresentada à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Linha de Pesquisa: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

GUARABIRA – PB
2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586t Silva, Edriano Pereira da.
Terra de trabalho [manuscrito] : o processo de produção dos agricultores familiares no espaço agrário de Lagoa de Dentro-PB / Edriano Pereira da Silva. - 2022.
59 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto, Departamento de Geografia - CH."

1. Geografia agrária. 2. Agricultura. 3. Trabalho. I. Título
21. ed. CDD 913.133

EDRIANO PEREIRA DA SILVA

**TERRA DE TRABALHO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES NO ESPAÇO AGRÁRIO DE LAGOA DE DENTRO – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC-
Monografia) apresentada à Coordenação
do Curso de Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba – UEPB, como
requisito obrigatório para obtenção do grau
de Licenciado em Geografia.

Aprovado em: _18_/_03_/_2022_____.

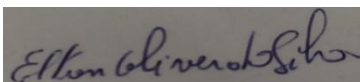
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto - UEPB/CH/DG (Orientador)
(Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues - UEPB/CH/DG (Examinador)
(Dr. em Geografia pela UFRN)



Prof. Ms. Elton Oliveira da Silva - UEPB/CH/DG (Examinador)
(Ms. Em Geografia pela UFPB/CCEN)

A Deus pela saúde e Fé para caminhar em busca dos meus objetivos. Aos meus pais, agricultores sem terra, que enfrentaram todo tipo de adversidade que os pertencentes as classes desfavorecidas enfrentam no Brasil para poderem viver com dignidade.

Dedico a todos os professores do curso de Geografia da UEPB – campus III, Guarabira que contribuíram com a minha formação acadêmica.

Aos agricultores familiares que mesmo sem políticas públicas satisfatórias para a pequena produção insistem em trabalhar e produzir para reprodução dos seus familiares como também para alimentar os brasileiros.

Por fim, a todos que lutaram, ao longo do tempo, em defesa da educação pública e gratuita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa, Jaciele, pelo companheirismo e por ser uma incentivadora dos meus estudos. Todos os dias me faz acreditar que eu sou capaz de chegar aos objetivos almejados por mim.

Aos meus pais por acreditarem que seria possível um filho de agricultores sem terra ter uma formação superior. Ao meu pai, em especial (in memoriam), mesmo estando em outro plano, continua sendo minha orientação, pois seus ensinamentos ficarão para sempre na minha memória. Um homem simples que acordava a meia-noite para trabalhar nas casas de farinha e com o “cabo do rodo” criar quatro filhos. Além disso, derramou suor nos roçados alheios como trabalhador assalariado.

Aos amigos que a Universidade me proporcionou, na figura do meu amigo Victo, que muito me apoiou durante a licenciatura. Obrigado pela força, companheiro.

Aos professores do curso de Geografia da UEPB – Guarabira pela contribuição na minha caminhada ao longo do curso. Estendo os meus agradecimentos aos membros da banca examinadora, o professor Leandro Paiva do Monte Rodrigues, assim como ao professor Elton Oliveira da Silva, meu muito obrigado.

Ao meu orientador, o Professor Dr. Belarmino Mariano Neto, por dedicar grande parte do seu tempo para me ajudar na elaboração deste trabalho, com sua grande contribuição. Pois, não apenas neste trabalho, mas também durante as aulas de Teoria da Geografia e Geopolítica a construção do conhecimento foi constante.

O homem é ativo. A ação que realiza sobre o meio que o rodeia, para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie, chama-se ação humana. Toda ação humana é trabalho, e todo trabalho é trabalho geográfico.

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso a geografia estuda a ação do homem.

(Milton Santos, em Metamorfoses do Espaço Habitado)

O43 – GEOGRAFIA

TÍTULO: TERRA DE TRABALHO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO ESPAÇO AGRÁRIO DE LAGOA DE DENTRO – PB

LINHA DE PESQUISA: Espaço agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

AUTOR: EDRIANO PEREIRA DA SILVA

ORIENTADOR: Prof. Dr. BELARMINO MARIANO NETO (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR: Prof. Dr. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES (UEPB/CH/DG)

EXAMINADOR: Prof. Ms. ELTON OLIVEIRA DA SILVA (UEPB/CH/DG)

RESUMO:

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de produção dos agricultores familiares do município de Lagoa de Dentro-PB, bem como as políticas públicas para o espaço agrário municipal. Ademais, a relação do agricultor familiar com a terra de trabalho é outro foco deste trabalho. Metodologicamente a pesquisa foi iniciada pelas leituras de autores que estudam o tema pesquisado, como Oliveira (2016), Teixeira (2015), Fernandes (1999), Saquet (2020), Santos (2017), Moreira; Targino (2007) entre outros importantes estudiosos que embasaram e nortearam o caminho percorrido durante a pesquisa. Além dos autores citados, o IBGE (2017) também foi importante referência para a elaboração das ideias e análises feitas sobre o espaço agrário do município de Lagoa de Dentro-PB e a produção dos agricultores familiares. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com os agricultores e registros fotográficos dos roçados. O espaço agrário do município de Lagoa de Dentro-PB é um território formado, em sua maioria, por pequenos sítios onde os donos produzem a agricultura familiar, geralmente, com a ajuda de familiares, ademais a terra tem grande importância para os agricultores familiares, porque é dela que eles conseguem se reproduzir plantando alimentos para suprir as necessidades do grupo familiar como também para comercializar, principalmente, em pequena escala. Foi constatado também que a zona rural do município precisa de políticas públicas tanto a nível Nacional, Estadual e Municipal que pensem o desenvolvimento territorial do município pesquisado a partir da produção dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Geografia agrária; agricultura; trabalho.

043 – GEOGRAPHY**TITLE: WORK LAND: THE PRODUCTION PROCESS OF FAMILY FARMERS IN THE AGRICULTURAL SPACE OF LAGOA DE DENTRO - PB****RESEARCH LINE: Agrarian space: reorganization of the space and and labor relations****AUTHOR: EDRIANO PEREIRA DA SILVA****ADVISOR: Prof. Dr. BELARMINO MARIANO NETO (UEPB/CH/DG)****EXAMINER: Prof. Dr. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES (UEPB/CH/DG)****EXAMINER: Prof. Ms. ELTON OLIVEIRA DA SILVA (UEPB/CH/DG)****ABSTRACT:**

The objective of this research is to analyze the production process of family farmers in the municipality of Lagoa de Dentro-PB, as well as public policies for the municipal agrarian space. Furthermore, the relationship of the small farmer with the working land is another focus of this work. Methodologically, the research was initiated by readings by authors who study the researched topic, such as Oliveira (2016), Teixeira (2015), Fernandes (1999), Saquet (2020), Santos (2017), Moreira; Targino (2007) among other important scholars who supported and guided the path taken during the research. In addition to the aforementioned authors, the IBGE (2017) was also an important reference for the development of ideas and analyzes made about the agrarian space in the municipality of Lagoa de Dentro-PB and the production of family farmers. Semi-structured surveys were also carried out with farmers and photographic records of the swiddens. The agrarian space of the municipality of Lagoa de Dentro-PB is a territory formed mostly by small farms where the owners plant family agriculture, usually with the help of family members. Furthermore, the land is very important for small farmers. because it is from her that they manage to reproduce, planting food to meet the needs of the family group as well as to market, mainly, on a small scale. It was also found that the rural area of the municipality needs public policies at both the National, State and Municipal levels that consider the territorial development of the researched municipality based on the production of family farmers.

Keywords: agrarian geography, agriculture, work

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do estado da Paraíba.....	25
Figura 2: Mapa de localização do município de Lagoa de Dentro - PB no território paraibano.....	29
Figura 3: Cacimba no Sítio Lagoa do Meio na propriedade da agricultora dona Lúcia.....	34
Figura 4: Confinamento das cabras no Sítio Lagoa do Meio na propriedade da agricultora dona Lúcia.....	35
Figura 5: Laranjeira na propriedade da agricultora dona Lúcia no Sítio Lagoa do Meio, município de Lagoa de Dentro - PB.....	37
Figura 6: Barreiro na propriedade do senhor Ivanildo, no Sítio Feijões, zona rural de Lagoa de Dentro – PB.....	38
Figura 7: Agricultor mostrando o motor usado para irrigar a lavoura.....	39
Figura 8: Plantação de abacaxi do senhor Ivanildo no Sítio Feijões, zona rural de Lagoa de Dentro - PB.....	40
Figura 9: Senhor Ivanildo mostrando a plantação de macaxeira.....	41
Figura 10: Bananal do senhor Ivanildo.....	42
Figura 11: Horta orgânica na propriedade de dona Zélia.....	43
Figura 12: O agricultor Cristiano Ribeiro e sua família colhendo na horta no Sítio papagaio, zona rural do município de Lagoa de Dentro - PB.....	45
Figura 13: Coentro da horta do agricultor Cristiano Ribeiro, Sítio Papagaio, zona rural do município de Lagoa de Dentro - PB.....	46
Figura 14: Barragem usada pelo agricultor Vanderlei para irrigar a lavoura.....	47
Figura 15: Plantação de mandioca no Sítio Lagoinha na propriedade do agricultor Vanderlei.....	49
Figura 16: Residência do agricultor Vanderlei, Sítio lagoinha, zona rural de Lagoa de Dentro - PB.....	50
Figura 17: O agricultor Vanderlei mostrando o roçado de mandioca, Sítio Lagoinha, zona rural de lagoa de Dentro - PB.....	51
Figura 18: Caminhão utilizado pelo agricultor Vanderlei para transportar a mandioca, a farinha e a goma de tapioca.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 MATERIAL E MÉTODOS.....	17
2.2 TERRITÓRIO E A QUESTÃO AGRÁRIA: A LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	18
3 O ESPAÇO AGRÁRIO NA PARAÍBA.....	25
3.1 A AGRICULTURA EM LAGOA DE DENTRO-PB.....	28
4 O PLANEJAMENTO MUNICIPAL PARA A AGRICULTURA E A FALA DOS AGRICULTORES.....	31
4.1 A CULTURA DA MANDIOCA.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Com a mundialização do capitalismo a agricultura passou por transformações na sua forma de produzir que, como sustentavam em seus argumentos os ideólogos do neoliberalismo, seriam para acabar com a fome no mundo, contudo, a fome não acabou, o que diminuiu, e de forma considerável, foram as políticas voltadas para a agricultura de base familiar já que o pensamento hegemônico capitalista entendia apenas a modernização da agricultura voltada para exportação como uma política rentável para o setor. Entretanto, a despeito da modernização ter chegado à agricultura brasileira, não serviu, todavia, para democratizar a distribuição de terra e acabar com os conflitos no espaço agrário no Brasil (OLIVEIRA, 2015).

Apesar de produzir visando uma agricultura para exportar, o processo modernizador não excluiu a policultura e o trabalho de base familiar, portanto, o trabalho não-capitalista e de base familiar estão acontecendo concomitante à mecanização no campo, contraditoriamente, entretanto, há uma subordinação dos trabalhadores como forma de ampliação do capital (FERNANDES, 1994). Dessa forma, a produção pouco capitalizada continua acontecendo, pois, parte da produção dos agricultores familiares é negociada com atravessadores que repassam a produção para as grandes indústrias para ser comercializada com valor agregado, visto que consoante Fernandes (1994, p. 24) “[...] o desenvolvimento do capitalismo é desigual e contraditório e que sua essência está na reprodução ampliada do capital”.

O capitalismo provoca as desigualdades para delas poder sobreviver, desigualdades que surgem das contradições, pois mesmo tendo passado por uma modernização a mesma não chegou em todos os lugares e apenas uma pequena fração que produz no campo, porém dona de grande extensão de terra, a elite agrária, pode usufruir das transformações tecnológicas, tal fato caracterizando, quase sempre, o domínio político e econômico de determinados lugares com o aumento cada vez maior da concentração de terra (FERNANDES, 1994).

A modernização aumentou as disparidades no campo, visto que defende a ideia de que apenas a agricultura patronal capitalista seria viável e que, de outro modo, a agricultura baseada na policultura praticada pelos núcleos de trabalho de base familiar seria um empecilho ao desenvolvimento no campo. Ainda conforme Fernandes (1994, p. 24), “Na medida em que acontece o desenvolvimento do capitalismo no campo,

este tende a se apropriar de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos”.

Desde a década de 1960, o espaço agrário brasileiro vem passando por uma modernização que serviu para aumentar a produção agrícola. Todavia, apesar de haver uma maior produção no campo brasileiro ela não foi para transformar a vida do homem do campo para melhor, pelo contrário, houve uma modernização seletiva. Tal modernização contribuiu com o êxodo rural como também para uma maior concentração econômica, empobrecendo as populações do campo, logo, acentuando, ainda mais, as disparidades socioeconômicas, porque atendeu apenas a elite rural (TEIXEIRA, 2005).

O conceito de modernização da agricultura, dependendo do autor que aborda o tema, varia. Enquanto uns entendem como o uso intensivo de equipamentos e técnicas (máquinas e insumos), nesse caso a modernização seria a mecanização e a tecnificação da lavoura. Outros autores que falam sobre o tema entendem que não apenas a técnica da produção no campo deve ser considerada, mas também a modificação nas relações sociais dos agricultores, sobretudo os proprietários de pequenas áreas rurais, ou seja, os agricultores familiares (TEIXEIRA, 2005).

A transformação no campo foi direcionada para uma classe já muito beneficiada e que vem, ao longo do tempo, produzindo exclusão e desterritorialização dos agricultores. “[...] a verdade é que a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura” (TEIXEIRA, 2005, p. 22). Para este autor, é só na década de 1960 que o processo de modernização da agricultura vai se dar concretamente, “com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura” (TEIXEIRA, 2005, p. 23).

O que houve, portanto, foi a modernização dos latifúndios, sendo assim, a classe dominante continuava no controle do campo, visto que não houve alteração na estrutura agrária, porque “as elites brasileiras optaram em manter a desigual estrutura fundiária e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade por meio de escandalosos subsídios aos grandes produtores” (MIRALHA, 2006, p. 33). Foi uma modernização apenas para médias e grandes propriedades através dos créditos subsidiados para a compra de maquinário necessário para aumentar a produção, acentuando as disparidades já existentes no campo, pois a terra continuava concentrada em posse da elite agrária (MIRALHA, 2006).

A produção na pequena propriedade rural busca, a princípio, abastecer o núcleo familiar, sendo que quando há excedente na produção a mesma é comercializada em pequena escala, como em feiras livres e/ou no comércio local. A importância de se planejar a produção dos agricultores familiares justifica-se pela importância que a terra tem para quem dela precisa para trabalhar objetivando seu sustento e da sua família. A terra tem uma função para o agricultor familiar e outra totalmente diferente para a agricultura capitalista empresarial, [...] “pois a terra do pequeno produtor é terra de trabalho, e não empregada como instrumento da exploração da força de trabalho de outrem (assalariado)” (OLIVEIRA, 2010, p. 10).

Neste contexto, existem no campo brasileiro duas maneiras de agricultura, a saber: a agricultura capitalista e a agricultura praticada pelos agricultores familiares. A primeira tem como objetivo usar a terra como forma de auferir capital, sendo que para isso explora, além da exploração da terra sem considerar o meio ambiente, há também a exploração dos trabalhadores feitos assalariados obtendo lucro e aumentando o capital. “Nessa perspectiva, a modernização agrícola representou a expansão do capitalismo no campo, reestruturado no sentido de atender a demanda do capital internacional e industrial [...]” (TEIXEIRA, 2015, p. 33).

O agricultor familiar que produz para o sustento familiar no seu pequeno território de trabalho encara a terra como seu meio de ganhar a vida e o sustento da família, sem pensar em criar no campo o assalariamento para extrair mais lucro como acontece com a produção na agricultura patronal capitalista, pois, a agricultura com base na família pensa em primeiro lugar abastecer o núcleo familiar, sem pensar em acumular ou em explorar a força de trabalho assalariado (PAULINO, 2012). Desse modo, é importante ressaltar que, quando há acúmulo, este tem sentido diferente para o agricultor familiar, “o que significa que a acumulação adquire sentido diverso, retornando sempre sob a forma de aumento da produtividade do trabalho e melhoria das condições de vida da família” (PAULINO, 2012, p. 43).

O Nordeste teve, e ainda tem, na cana-de-açúcar um dos mais importantes ciclos econômicos. Ocupando grande extensão de terra, a *plantation* canavieira não permitia que outras culturas fossem produzidas em quantidade significativa, além disso, a cana desmatou para poder implantar os engenhos (ANDRADE, 2001). Com o advento do Proálcool, entre 1975 e 1985, na última década da ditadura militar (1964-1985) houve uma perda de território por parte da agricultura produzida pelos agricultores familiares, pois o programa de incentivo à produção de cana-de-açúcar

no Nordeste brasileiro fez com que “as usinas dispusessem de recursos para ampliar as suas atividades industriais, expandindo a cultura da cana até por áreas ecologicamente pouco favoráveis” (ANDRADE, 2001, p. 274).

A agricultura sempre teve uma importância grande na ocupação territorial do Nordeste brasileiro, desde então as culturas que mais rendiam ganhos financeiros, em detrimento das culturas que são consumidas pela população no dia a dia, foram privilegiadas. A ideia sempre foi de lucrar com a terra o máximo possível e não apenas trabalhar para poder reproduzir social, familiar e economicamente. Logo, as lavouras de subsistência (policultura), e a monocultura canavieira disputavam território. Sobre as atividades econômicas no Nordeste do Brasil, Azevedo (2007) fala que, “a expansão territorial do complexo econômico regional nordestino tem como marcos principais o desenvolvimento de atividades econômicas como a cana-de-açúcar, a pecuária extensiva, a cotonicultura e a policultura de subsistência” (AZEVEDO, 2007, p.114).

Ainda sobre o povoamento na região Nordeste, a cana-de-açúcar sempre teve seu lugar de destaque, principalmente com ajuda do Estado brasileiro como foi o caso do Proálcool, já citado nesta pesquisa, que serviu para os usineiros na iminência da falência ocuparem o território com os canaviais a despeito da agricultura de subsistência praticada nas pequenas áreas rurais. Sobre tal assunto Azevedo (2007) explica que, “a monocultura da cana-de-açúcar foi a principal responsável pelo povoamento de praticamente toda a faixa litorânea regional que corresponde a zona da Mata Atlântica que adentrando até o Agreste” (AZEVEDO, 2007, p. 114). Segue o autor dizendo que “neste espaço associavam-se numa relação simbiótica o poder do latifúndio, da plantation açucareira e o trabalho escravo”.

Dessa forma, a luta de classes fica evidente com a monocultura canavieira excludente de um lado sendo fomentada pelo Estado brasileiro e de outro modo os assalariados, escravizados sem poder almejar uma vida melhor, pois sem-terra, sem perspectiva, a única alternativa para muitos trabalhadores do campo na região Nordeste do Brasil era um trabalho extenuante e mal remunerado. Porém, o que era produzido pela força do trabalhador assalariado tinha um valor para o latifundiário. O capital acumulado pelo patrão vinha da labuta dos agricultores que não recebiam o valor suficiente pela força empregada em tal trabalho. A luta de classes é uma realidade no Brasil e o campo brasileiro é um território onde as disparidades sociais e as representações políticas são evidentes.

Não é possível pensar a região do Nordeste brasileiro sem levar em consideração as disparidades e contrastes existentes, sejam os sociais, econômicos, culturais como também as questões ecológicas (MARIANO NETO, 2001). Logo, a região Nordeste deve ser pensada considerando toda sua complexidade, pois não existe apenas um Nordeste, “na verdade, o Nordeste é constituído de diferentes nordestes, com disparidades econômicas e naturais em suas diversas áreas [...] (MARIANO NETO, 2001, p. 35).

Consoante o autor supracitado “a ocupação do território paraibano, no início da colonização, séculos XVI e XVII, esteve inicialmente voltada para a produção agrícola, ligada aos interesses do capital mercantil e seus mecanismos de mercado”. Os canaviais ocupando o território paraibano na parte litorânea organizado “em um tripé socioeconômico e cultural de monocultura, trabalho escravo e latifúndios” [...] (MOREIRA E TARGINO, 1997 apud MARIANO NETO, 2001, p.41).

O capital consolidou-se no campo paraibano devido a modernização da agricultura brasileira na década de 1970, durante a ditadura militar, sendo a cana-de-açúcar e a pecuária como atividades principais tendo como território canavieiro a Zona da Mata e o Brejo Paraibano (MOREIRA, TARGINO, 2011). A modernização da agricultura no território paraibano não foge a norma nacional, ou seja, a despeito de toda modernização no campo no que diz respeito a forma de produzir, não houve melhorias sociais, pois “apesar das modificações ocorridas, pelo menos dois elementos permaneceram praticamente inalterados desde o início da colonização: a exploração da população trabalhadora rural e a concentração da propriedade fundiária” (MOREIRA, TARGINO, 2011, p.149).

O povoamento do Agreste paraibano está relacionado com a atividade açucareira, sendo que esta região fica entre o Litoral úmido e o Sertão semiárido (MOREIRA, TARGINO, 2011). Sendo uma região que apresenta uma diversidade em vários aspectos, pois “trata-se de uma área fortemente diversificada, tanto no que se refere aos aspectos naturais quanto ao uso da terra, às relações de trabalho e ao potencial econômico” (MOREIRA, TARGINO, 2011, p. 154). Ainda de acordo com os autores supracitados, com o crescimento da cana na região Agreste houve uma divisão do trabalho: “a Zona da Mata especializou-se na produção do açúcar enquanto a lavoura alimentar e a pecuária passaram a ser produzidos no Sertão e no Agreste”.

Na Paraíba, os agricultores familiares não podiam produzir para garantir o sustento das suas famílias devido a grande concentração de terra. Assim, os

latifundiários produziam a cana-de-açúcar, criavam o gado, produziam algodão e sisal, por isso é preciso analisar as questões agrárias na Paraíba observando a economia dominante baseada na cana-de-açúcar, gado, algodão e sisal, considerando também, para um melhor entendimento, a expansão e retração das culturas mencionadas visto que a população da região era, conseqüentemente, prejudicada no que diz respeito ao trabalho e a vida (MARIANO NETO, 2006,). Ademais, os latifúndios ficaram improdutivos com a desvalorização das atividades citadas deixando a terra sem função social. “Enquanto isso, milhares de trabalhadores rurais continuam sem terra para trabalhar, vivendo em áreas mínimas e necessitando produzir sua subsistência e a de suas famílias” (MARIANO NETO, 2006, p. 58).

Todavia, é na região Agreste que surgem “novas alternativas de vida e de trabalho a partir de experiências de produção com enfoques agroecológicos” [...], sendo que essas alternativas são em pequenas áreas rurais (minifúndios), “que variam entre 0,5 e 30 hectares” (MARIANO NETO, 2006, p. 58). Conforme podemos notar, as duas formas de pensar a produção no campo paraibano são entre as pequenas propriedades plantando, sobretudo, lavouras que servem para as famílias poderem se reproduzir, social e culturalmente, e de outro modo os latifúndios monocultores configurando assim uma luta de classes no campo paraibano.

Dessa forma, esta pesquisa pretende analisar como é a produção nos pequenos estabelecimentos rurais no município de Lagoa de Dentro-PB pelos agricultores familiares, buscando também identificar o planejamento municipal para a área rural do município. Para isso, deve-se levar em consideração as políticas públicas para esse importante setor da sociedade, já que é da agricultura e, sobretudo, da produção dos agricultores familiares que a população se abastece diariamente. Como bem fala Santos (2017, p. 88), “Desde o princípio dos tempos, a agricultura comparece como uma atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno”.

De acordo com Santos (2014), o trabalho que o homem desenvolve na natureza é a socialização da mesma, pois cada vez mais tem-se o trabalho humano sendo empregado, assim sendo o homem socializa a natureza através do trabalho, porque consoante o autor supracitado “as técnicas, mais e mais, vão se incorporando à natureza, e esta fica cada vez mais socializada, pois é cada dia mais o resultado do trabalho de um maior número de pessoas” (SANTOS, 2014, p. 97). Ainda conforme o

autor, não há, pois, no processo de desenvolvimento humano como separar o homem da natureza, visto que “a natureza se socializa e o homem naturaliza-se”.

É um fato que os grupos humanos ter o poder de modificar a natureza, ainda assim, a natureza, todavia “a natureza ainda obriga esses grupos a adaptações ou impõe resultados diversos a ações semelhantes. O processo técnico não elimina a ação da natureza” (SANTOS, 2014, p. 99-100). Sem conseguir comandar a natureza, mas apenas, e isso não é pouco, prever determinadas ações naturais, o homem procura mudar as possíveis consequências das intempéries naturais, pois “nem sempre pode haver controle ativo da natureza, mas apenas controle passivo [...]” (SANTOS, 2014, p. 100).

Com a chegada da mecanização no campo houve transformações no modo de produzir no mundo rural, que passou por transformações sendo a mesma considerada a capacidade do homem em modificar a natureza com a ajuda das técnicas sendo denominado como meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2017). No entanto, a intenção desta pesquisa é a produção dos agricultores familiares que pouco ou nada usam de mecanização nos estabelecimentos rurais, visto que é na terra de trabalho que os trabalhadores do espaço agrário de Lagoa de Dentro-PB podem plantar e colher, a despeito das adversidades encontradas pelos proprietários das pequenas propriedades.

A agricultura pouco mecanizada tem uma importância considerável para moradores de pequenos sítios, como é a característica da agricultura de Lagoa de Dentro-PB, pois mesmo com toda a tecnologia aplicada no campo ainda há evidências de uma agricultura que não usa as técnicas agrícolas atuais principalmente porque os agricultores familiares não podem ter acesso ao maquinário exigido para cultivar a terra para uma melhor produção, por isso a importância do poder público auxiliar esses pequenos agricultores. Conforme Santos (2014, p. 48-49), “Senhor do mundo, patrão da natureza, o homem se utilizava do saber científico e das invenções sem aquele senso de medida que caracterizou as suas primeiras relações com o entrono natural”.

A escolha pela agricultura produzida nos pequenos sítios, no município de Lagoa de Dentro-PB, sem as grandes máquinas e a tecnologia que caracterizam a agricultura científica, é devido a relevância também dos trabalhadores enquanto sujeito social, pois, devem ser alvo das políticas públicas do município, pois o poder público precisa planejar seu território pensando no campo e na capacidade de produção diversificada e ecologicamente correta.

2 METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo abordará a metodologia aplicada na pesquisa como também os autores que discutem nos seus escritos o tema abordado nesta pesquisa. Pois, os autores referenciados são considerados essenciais para embasar esta pesquisa. O território será a categoria de análise para este trabalho de conclusão de curso.

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente a pesquisa começou com a busca da bibliografia sobre o tema abordado como teses, dissertações, livros, artigos científicos, essa busca foi feita no Google Acadêmico e no Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A leitura da bibliografia foi feita a partir do momento que houve a decisão para pesquisar sobre Geografia Agrária, sendo assim, as pesquisas eram voltadas para a agricultura brasileira e sobre o espaço agrário paraibano. Autores como Teixeira (2015), Oliveira (2016) e Paulino (2012) foram, dentre outros, as referências que embasaram a análise sobre a agricultura no Brasil. Para a categoria de análise Território a pesquisa teve como referência Souza (2020), Fernandes (1999), Saquet (2020) e Santos (2017).

A questão da ocupação territorial na Paraíba e a produção agrícola no estado foram referenciadas por importantes pesquisadores como Mariano Neto (2006), Silva (2012), Rodrigues (2012), Mitidiero Junior (2008) e Moreira; Targino (2007). Durante o trabalho de campo foram feitas, além de fotografias dos roçados, entrevistas semiestruturadas na intenção de compreender como os agricultores produzem na sua Terra de Trabalho. Além disso, a pesquisa foi em busca do posicionamento da secretaria de agricultura de Lagoa de Dentro - PB intencionando obter informações sobre o planejamento municipal para a agricultura no município.

O estudo da bibliografia referente ao tema abordado é de suma importância para a pesquisa, pois os autores referenciados são importantes estudiosos, tanto no que diz respeito a categoria território, sobre a Paraíba e sua ocupação no espaço agrário, como também sobre a Questão Agrária Brasileira. A partir das entrevistas foram surgindo novas compreensões sobre a temática que se tornaram valiosas para o andamento da pesquisa como por exemplo as dificuldades dos agricultores em produzir determinadas culturas que demandam análise de solo e água, sendo que a

secretaria não foi citada pelos agricultores como uma parceira na produção dos alimentos bem como para a criação dos animais que são também fonte de renda para os moradores da zona rural do município de Lagoa de Dentro - PB.

2.2 TERRITÓRIO E A QUESTÃO AGRÁRIA: A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

O conceito de território vem, ao longo tempo, recebendo tentativas de redefinição e o uso cotidiano da palavra é usada no sentido de uma vasta extensão de terra (SOUZA, 2020). De outro modo, para Santos (2017, p. 96), “o território não é apenas o resultado de superposições de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem”. É, conforme ele, “o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma população. (SANTOS, 2017, p.96-97)

Sendo assim, o território é produzido na cotidianidade dos trabalhadores como também de instituições delimitando ações no espaço geográfico e exercendo poder. Considerando as disparidades econômicas, políticas dentre outras que separaram, ao longo do tempo, os sujeitos do espaço rural brasileiro entre agricultores familiares e latifundiários, os povos do campo produzem território diariamente através das lutas por terra e trabalho. Um mesmo espaço pode ser pensando para determinada cultura levando em consideração o seu valor de mercado como é o caso das culturas para exportação no Brasil, a soja, sobretudo.

De acordo com Raffestin (2015, p. 18) “outro fenômeno importante na modificação dos territórios foi a crise agrícola, ocorrida entre os séculos XIV e XV, provocando graves consequências”. O que veio a causar a mudança do território de uma cultura à outra foi a crise agrícola, que provocou na Inglaterra a substituição das culturas de cereais pela das ovelhas, provocada pela valorização da lã (RAFFESTIN, 2015). O autor entende a produção do território como “um processo complexo que devemos aprender a descrever e a entender para reproduzi-lo ou modificá-lo através

do planejamento territorial, com o objetivo de aperfeiçoá-lo e/ou o projetar” (RAFFESTIN, 2015, p. 22).

Sobre o entendimento do espaço geográfico pela categoria de análise território, Saquet (2020, p. 17), diz que “compreender a constituição da denominada geografia crítica e de novas concepções de território significa entender, necessariamente, os fatores condicionantes, as contradições, os conflitos [...]”. Ainda de acordo com o autor supracitado, “no território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas; identidades” (SAQUET, 2020, p.171). Logo, são os sujeitos e suas relações que vão produzindo territorialidade no espaço geográfico.

Para Camacho (2010, p. 76), “o território como resultado da espacialização que a sociedade desenvolve tem como característica principal seu processo dialético de construção”. De acordo com este autor, a produção do território deve ser pensada desde a forma de produção vigente e que leve em consideração a influência entre a forma de produzir e os poderes econômico e político. Desse modo, para o autor, “são os sujeitos que constroem o território, no seu processo de reprodução material e simbólica”, [...]. Consoante este autor, a luta de classes é também formadora de território levando em consideração as contradições da produção capitalista.

De acordo com Correia (2020, p.49) “no âmbito do materialismo histórico e dialético da Geografia Crítica, o território é concebido a partir das relações de poder em suas múltiplas dimensões (econômica, política, social e cultural) estabelecidas no espaço. Portanto, nessa perspectiva de território, o Estado e a sociedade são atores importantes na formação territorial, e essa construção territorial é feita, ao longo do tempo, de forma conflituosa pela luta de classe existente na sociedade brasileira. Sobre a luta de classes travada pela sociedade capitalista a autora supracitada faz uma reflexão a partir de Oliveira (2004).

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, [...] o território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2004 apud CORREIA, 2020, p. 51)

Assim, esta pesquisa entenderá a produção da agricultura como o território de uma luta de classes que vem, ao longo do tempo, produzindo conflitos no campo e desequilibrando em favor da classe dominante que vem impondo ao campo, com a

ajuda da mídia conservadora e da bancada ruralista no Congresso Nacional, uma agricultura que degrada o meio ambiente e dificulta a vida do agricultor familiar, pois o financiamento da agricultura de base familiar é bem inferior ao financiamento da agricultura capitalista. Na propriedade capitalista, o que importa mesmo é a quantidade de capital que poderá ser acumulado, pois a terra é uma fonte para lucros que enquanto mais exploração da força dos trabalhadores assalariados mais capital acumulado, entretanto na propriedade de base familiar em que há uma preocupação maior com o abastecimento da família do agricultor, a terra neste caso específico, não é usada para explorar o trabalho de outrem, pois a terra é do agricultor e não pertence ao capital (COSME, 2020).

Segundo Raffestin (1993) citado por Camacho (2008, p. 227), o espaço é territorializado quando os sujeitos se apropriam do mesmo produzindo, material e simbolicamente o território a partir da “humanização da natureza”, podendo ser denominado este processo como territorialização do espaço.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...]. (RAFFESTIN, 1993, apud, CAMACHO, 2008, p. 227)

Nesta visão, o Estado é um agente que produz o território a partir das suas ações, para isso, o mesmo “precisa atuar muito mais sistemática e fortemente com políticas públicas específicas” [...] (SAQUET, 2017, p.73). É fato que, ao longo do tempo, o Estado, quando deveria ser um agente fomentador da democratização da terra, foi na verdade quem mais produziu insegurança no campo, privilegiando o grande capital em detrimento de outras práticas de produção agrícolas, como a agricultura nas pequenas áreas rurais. Foi durante a ditadura militar com a opção pela “modernização conservadora” advinda da Revolução Verde e os incentivos fiscais, excluindo a democratização da terra, que os problemas agrários se ampliaram como também novos aparecem (COSME, 2020).

Enquanto a classe trabalhadora luta pelo seu pedaço de chão (Moreira e Targino, 1997), para poder trabalhar com dignidade, a classe burguesa latifundiária obtém lucros exorbitantes aumentando ainda mais as disparidades sociais no Brasil. Conforme Cosme (2020, p.104) “o antagonismo de classe tem se materializado no

campo brasileiro, no enfrentamento de dois regimes de propriedade fundiária bem definidos [...], de um lado a terra de negócio, [...] de outro a terra de trabalho, um bem comum”. [...] “os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa” (FERNANDES, 1999, p. 31).

Conforme estudos de Fernandes (1999), ao mesmo tempo que o governo ditatorial fomentava a agricultura capitalista e a indústria com subsídios e isenções fiscais aos empresários, comprimia os salários dos trabalhadores e criava as condições para a expropriação e despejo das famílias camponesas dos seus territórios de trabalho. A partir da escolha política do Estado brasileiro pela agricultura capitalista em detrimento da agricultura com base na família, de acordo com autor supracitado,

O Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados a migração pelo território brasileiro e para o Paraguai. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandindo os conflitos, fazendo eclodir as lutas no campo. (FERNANDES, 1999, p. 31)

O governo intencionava impedir a participação política dos povos do campo atendendo assim a vontade da classe burguesa que fazia do campo brasileiro um território do latifúndio, além disso, os militares e a burguesia não pensavam a questão agrária e a luta dos trabalhadores do campo como uma questão política que o Estado deve resolver, mas sim como uma questão meramente secundária da economia brasileira (FERNANDES, 1999). No campo, o poder do capital territorializado provoca a concentração de terra, pois o capital hegemônico que tem disseminado desigualdades com grande quantidade de terra produzindo monoculturas para exportação, inclusive sendo comum a dominação pela aliança de classes para dominar o campo brasileiro, como é o caso da cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 2016).

As aquisições e fusões das grandes empresas que territorializam o campo brasileiro definem os preços e, ao contrário do argumento de livre mercado, “atua através de aquisições, fusões e arrendamentos para, principalmente, definir fixação de preços, divisão de mercados de atuação, etc. Elimina assim, a concorrência e aumenta os preços dos produtos, e, conseqüentemente os lucros” (OLIVEIRA, 2016, p. 153).

Ou seja, os capitalistas defendem o livre direito de explorar as riquezas do solo brasileiro sem serem importunados pelos governos e pela população do campo, sendo os moradores do campo organizados quem vêm lutando pela permanência no território, luta esta que não é apenas contra o capital explorador, é também contra políticas governamentais que, quando deveriam protegê-los, deixam mais vulneráveis. Ainda tratando das aquisições que caracterizam o território brasileiro, cujo propósito é disseminar uma produção totalmente excludente, pois produz pensando no lucro apenas, Oliveira (2016) argumenta assim:

A concentração territorial aparece a partir das aquisições e fusões que fazem com que frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos monopolistas monocultores territorializados que se formam. (OLIVEIRA, 2016, p. 154)

É a luta de classes no campo materializada em duas formas de produção, as empresas controladas pelo capital exportador produzindo sem respeito ao meio ambiente e aos povos do campo e a agricultura das resistências, pois resistem ao capital propriamente, aos governos neoliberais e também à propaganda “pop” veiculada diariamente pelos meios de comunicação conservadores, deixando assim a ocupação como uma forma de luta, pois de acordo com Lima (2006, p. 35) “a ocupação é uma ação pela democratização da terra”.

Com a resistência pela permanência na terra, surgem os conflitos que ocasionam em expulsões das famílias gerando instabilidade social e novos confrontos entre os trabalhadores o capital expropriador e, também entre o Estado que, contraditoriamente, legitima a violência no campo, “ou seja, violência legitimada pelos órgãos estatais” (LIMA, 2006, p. 38). O território também é forjado a partir do capital e da propriedade da terra formando o monopólio do capitalismo, como no caso da Amazônia com a imposição dos monopólios e a propriedade privada da terra comandando o processo de ocupação do território, ou seja, é a lógica do monopólio privado determinando a dinâmica no campo (OLIVEIRA, 2016, p.158).

Dessa forma, o monopólio de classe exercido pelos proprietários e pelos capitalistas é fundamental, no modo capitalista de produção, para submeter o trabalho dos trabalhadores, para que produzam, porque é assim que o capital se amplia. Assim, temos que diferenciar a terra e o capital, pois quando o capitalista compra a terra, ele transforma o seu capital em renda capitalizada (renda antecipada), pois a compra da terra nada mais é do que

comprado direito de extrair renda da sociedade em conjunto. (OLIVEIRA, 2010, p. 6)

Sendo assim, o monopólio da terra no Brasil dificulta enormemente a democratização do acesso pelos trabalhadores do campo ao pedaço de chão para poderem trabalhar sem precisar de viverem sobre o regime de trabalho extenuante nas plantações de monoculturas, porque esta relação de trabalho impede de os agricultores familiares produzirem para si, no trabalho agrícola capitalista o trabalhador é objeto de produção da riqueza alheia, ou seja, trabalha, porém é totalmente alienado do caminho que a riqueza produzida por ele percorre, perdendo assim o controle do seu próprio trabalho.

As disputas territoriais entre a agricultura empresarial e a agricultura da resistência, a menos capitalizada, transformam o campo brasileiro em uma disputa permanente pela formação de dois territórios distintos de produção, que são o território das vastas plantações de monoculturas e o território da agricultura com foco na policultura, servindo, principalmente, para abastecer as famílias nas suas primeiras necessidades. “As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais” (FERNANDES, 2015, p. 198).

Ademais, a moradia e o local de trabalho dos agricultores familiares são um mesmo território. Portanto, entendemos o sítio onde o agricultor familiar produz para sua manutenção e da sua família como território da agricultura da resistência, pois a despeito do Estado pensar o campo como território das grandes monoculturas, é na relação do homem com seu pedaço de chão que o mesmo vai resistindo e produzindo o território.

O território das classes dominantes no campo é o da exploração da natureza e dos seres humanos. É preciso mudar o pensamento que entende o campo como lugar de exploração sem pensar na função social da terra, pois a distribuição democrática da mesma é uma questão de civilidade, para isso acontecer faz necessário uma mudança na sociedade, pois sabemos que “para se ter um novo território, precisamos de uma nova sociedade e vice-versa, valorizando os saberes locais e populares” [...] (SAQUET 2020, p. 189).

Uma nova sociedade onde a terra tem sua função social respeitada, pois é uma questão de democracia que os trabalhadores do campo tenham a atenção que merecem pelo Estado e, também, não percam mais seu espaço de trabalho, relações

sociais, reprodução cultural e familiar, ou seja, não percam mais território, assim “é necessário construir outra forma de organização política, identificada localmente, vinculada às necessidades dos indivíduos, a autonomia em cada lugar e ligada a outras experiências de desenvolvimento (SAQUET, 2020, p. 191).

O campo brasileiro tem, ao longo do tempo, apresentado inúmeros conflitos entre a classe trabalhadora e os grandes latifundiários, é a longa marcha das classes esquecidas, pelo planejamento governamental, por terra e trabalho, ademais o campo no Brasil é um território em disputa permanente e, é por meio da luta que os trabalhadores reivindicam os seus direitos ao Estado, denunciando e exigindo os direitos, pois, os conflitos são recorrentes no campo brasileiro, com 1834 conflitos em 2019 e 1881 em 2005, já sobre os conflitos por terra no Brasil foram registrados 1207 em 2019 (OLIVEIRA, 2020).

Buscamos mais uma vez refletirmos com Saquet (2017), pois este autor entende que “a territorialidade tem o significado da ação, mobilização, organização, luta, resistência, num processo contínuo de pesquisa, formação e cooperação voltado para o desenvolvimento por meio de uma práxis transformadora [...] (SAQUET, 2017, p. 74). Ainda consoante o autor supracitado a práxis precisa ser para que as pessoas possam alcançar “um máximo possível de autonomia” e que a solidariedade e o diálogo devem ser estabelecidos no decorrer de cada relação social.

A luta pela terra no Brasil é uma luta por território, logo é uma forma de dominação, organização política, social e cultural, pois, consoante Medeiros (2017) “o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação (MEDEIROS, 2017, p. 215). Ademais, “o território é de início um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e sua apropriação só acontece em um segundo momento”. O território é um espaço político, uma luta política e de poder e o domínio de pessoas e nações passa pelo controle do solo, configurando dessa forma o domínio do território (MEDEIROS, 2017).

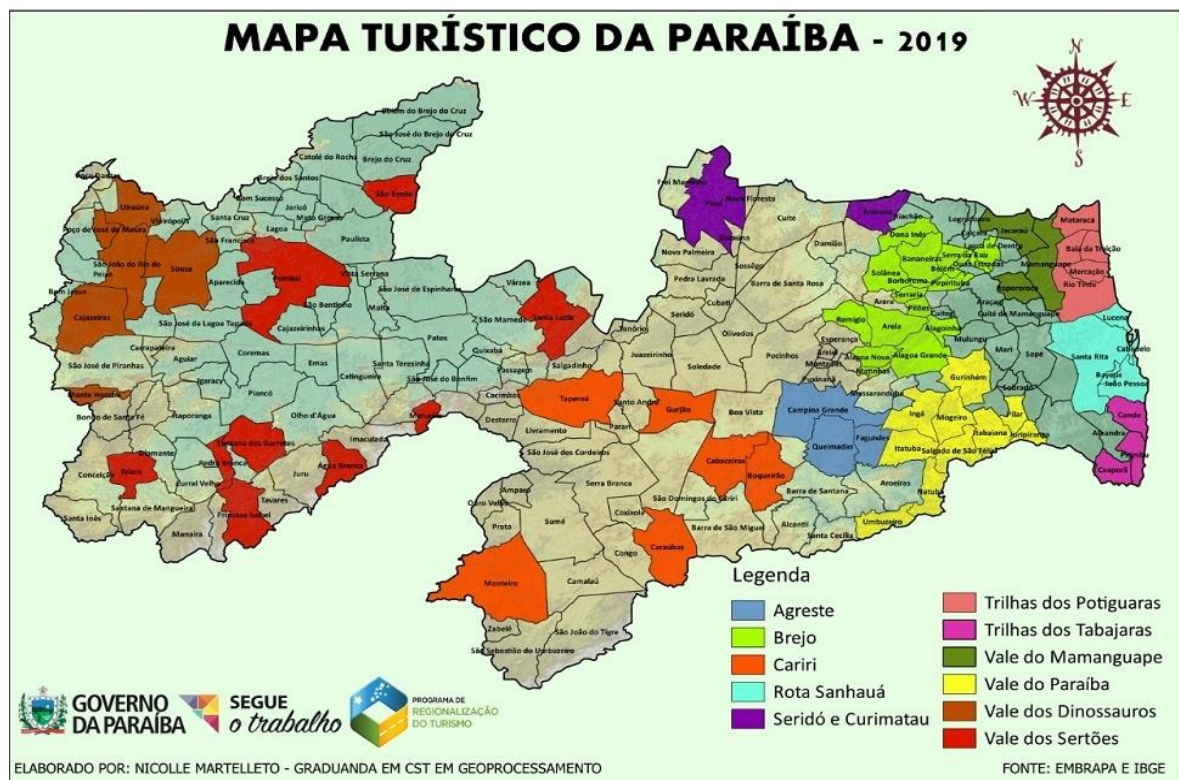
Portanto, a terra sempre foi objeto de disputa entre as classes sociais no Brasil. Ademais, a população do campo brasileiro é pressionada para que aceite uma hegemonia capitalista de produção que é composta pela mídia, pelas entidades patronais do agronegócio e pelos políticos conservadores de um campo apenas para uma elite agrária que planeja e “executa” as leis para o campo. Contraditoriamente há resistência organizada dos trabalhadores contra as formas desiguais de desenvolvimento rural que o Estado impõe ao campo.

3 O ESPAÇO AGRÁRIO NA PARAÍBA

A formação do território do Estado da Paraíba teve o mesmo modelo colonial português, assim sendo como ocorrido em todo o processo de colonização brasileira, “nesse Estado os portugueses ocuparam o litoral e, dali, iniciaram a abertura das veias exploratórias pilhando toda a sorte de recursos naturais” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 254). Houve forte perseguição aos indígenas objetivando a implantação da monocultura da cana no espaço agrário paraibano, levando dessa forma “a dizimação das nações (Tupi, Cariris e Taraririús) e parte de seu espaço agrário foi organizado para a monocultura da cana-de-açúcar voltada para exportação” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 254).

O Estado da Paraíba localiza-se na região Nordeste do Brasil, fazendo divisa com três estados da referida região. Ao Norte com o estado do Rio Grande do Norte, ao Sul com Pernambuco, a Oeste com o Ceará e a Leste com o Oceano Atlântico como podemos observar na figura 1.

Figura 1: Mapa do estado da Paraíba.



Fonte: EMBRAPA E IBGE. Elaborado por Martelleto (2019). Acesso em 17/03/2022.

Segundo Silva (2012) o trabalho indígena foi o primeiro usado nos canaviais litorâneos, “todavia, a mão de obra nativa não correspondeu às necessidades do colonizador, pois acostumado à liberdade e não afeito ao trabalho no eito, o indígena não se adaptava ao sistema de exploração do trabalho escravo” (SILVA, 2012, p. 59). Dessa forma, os colonizadores precisaram buscar mão de obra africana para a ocupação do território paraibano, contudo os escravos africanos não ficaram totalmente submissos e resistiram aos senhores de engenho, “eles conseguiram desenvolver formas de resistência e de luta contra a situação em que se encontravam [...]” (SILVA, 2012, p. 59).

De acordo com Moreira e Targino (2007), não foi diferente o processo de colonização no interior da Paraíba, ou seja, os indígenas, assim como no litoral, foram perseguidos pelos colonizadores que depois da expulsão dos nativos ocuparam as suas terras. Portanto, conforme os autores [...] “a penetração do processo de colonização em direção ao interior foi também acompanhada pelo rastro do sangue nativo” (MOREIRA, TARGINO, 2007, s/p). Porém, houve reação indígena no Sertão em defesa das terras originando assim a Confederação dos Cariris.

Apesar dos ciclos de ascensão e a crise, a cana sempre foi presença relevante no espaço agrário paraibano, influenciando a estrutura do espaço com engenhos produtores de açúcar criando dessa forma um meio rural entre os canaviais, tendo o trabalho escravo e os moradores de condição praticando o trabalho necessário para a manutenção da estrutura dos engenhos (MITIDIERO JUNIOR, 2008). Quando a escravidão chegou ao fim, pelo menos oficialmente, “o morador de condição consolidou-se como a força de trabalho que movia a produção açucareira e em nada forma alteradas as formas de apropriação das terras, que se baseavam nas sesmarias” (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 255).

Com o capitalismo no campo as formas de produção se modificaram, como no período da expansão da monocultura da cana, na década de 1960, quando a expulsão dos moradores se tornou uma realidade, mesmo assim tal relação de trabalho não foi de todo extinta, pois os donos das grandes extensões de terras não abdicaram do trabalhador/morador, e conforme Mitidiero Junior (2008),

Embora o avanço do capitalismo possa supor o fim dessas relações de trabalho e a desvinculação do trabalhador da terra, os fazendeiros paraibanos sempre recorreram a essas relações de produção tradicionais caracterizadas pela intensa exploração e subordinação do trabalhador/morador, para reduzir os custos com manutenção de suas terras e lhes permitir produzir capital

mesmo nos momentos de crise do mercado açucareiro (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 259).

Os moradores das fazendas eram explorados pelo senhor de engenho, porque para continuar morando nas terras pertencentes aos engenhos, era preciso pagar o aluguel da terra com o foro que era pago com dias de trabalho sem remuneração que era denominado cambão (RODRIGUES, 2012). Outra forma de alienar o trabalhador era o pagamento com o vale, que consistia em um “não pagamento” já que os usineiros colocavam dentro do território da usina um local para os moradores/trabalhadores receberem seus pagamentos em mercadoria. Consoante Rodrigues (2012, p. 74),

Nas usinas, o trabalhador era proibido de plantar, os seus casebres eram cercados de cana por todos os lados, seus pagamentos eram os ‘vales’ para serem descontados no barracão, um tipo de mercado em que os camponeses trocavam o vale por alimento ou gêneros de primeira necessidade.

O pagamento com o vale era uma forma de alienar o trabalhador do pagamento em espécie, impedindo, dessa forma, muitos trabalhadores de não poderem ter o prazer de “pegar no dinheiro” fruto da sua labuta nos canaviais, além disso, quando o trabalhador é impedido de receber o seu pagamento pelo esforço do trabalho tem-se uma configuração ainda maior do poderio do patrão em relação ao empregado/agricultor, ademais tal prática retira do trabalhador a liberdade de escolha na hora de fazer as compras básicas imediatas.

É, de fato, uma relação de poder do patrão perante o trabalhador braçal. Sem poder trabalhar na sua própria terra para seu sustento e de sua família, os agricultores sem-terra sujeitavam-se a toda relação de trabalho, pois a Paraíba, assim como o Brasil, apresentava uma injusta e antidemocrática divisão de terra que levavam os agricultores a se sujeitarem-se a todo tipo de relação de trabalho, relação esta que o usineiro sai com o lucro acumulado pela força do trabalhador, visto que “nessas usinas o pagamento dos trabalhadores é feito a partir da quantidade de cana cortada por dia de trabalho, portanto, é um pagamento por produção” (LIMA, 2011, p. 100).

Além disso, o trabalhador é, conforme Lima (2011), alienado do processo de trabalho, pois até mesmo os instrumentos de trabalho como o facão e uma garrafa térmica para armazenar água são fornecidos apenas de início, ou seja, depois de usados os próprios trabalhadores das usinas devem pagar por outros novos. Os

trabalhadores deveriam, individualmente, cortar 2,5 toneladas de cana por dia para receberem o salário mínimo da época (R\$ 380,00) O autor argumenta que,

Esta é uma das formas de trabalho, já denunciada por Marx no século XIX, mais desumanas e perversas, pois o trabalhador tem o seu ganho atrelado à força do trabalho despendida por ele por dia. Todavia, no corte da cana a perversidade e desumanidade são mais intensas, pois o trabalhador não controla o seu processo de trabalho e, ao final do dia, não tem conhecimento do valor ganho, ou seja, o valor do trabalho executado (LIMA, 2011, p. 100).

Esse tipo de relação de trabalho advém da complacência do Estado diante dos abusos dos senhores rurais, é também fruto da má distribuição de terra no Estado da Paraíba, que cria problemas sociais advindos da concentração fundiária no Estado, já que os latifundiários concentram poder político, econômico e territorial, além disso, conforme Mariano Neto (2006, p. 59), “Existem milhares de trabalhadores rurais sem terra ao lado de milhares de pequenos proprietários com terra insuficiente para uma produção economicamente viável”.

3.1 TERRITÓRIO E AGRICULTURA EM LAGOA DE DENTRO - PB

O município de Lagoa de Dentro-PB segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), tem 7370 habitantes, o Bioma predominante é o da Caatinga. Pertencente a Mesorregião do Agreste e a Microrregião de Guarabira, todavia, conforme a nova Divisão territorial na Paraíba, divulgada pelo IBGE em 2017, o município passou a pertencer a Região Imediata de Guarabira e a Região Intermediária de João Pessoa.

A importância pelo conhecimento sobre a agricultura produzida no município pesquisado aparece também na grande maioria dos moradores do campo em praticar uma agricultura ainda tradicional com degradação do solo, com em média 2030 (IBGE,2017) pessoas ocupadas no campo, o município tem na família sua maior força produtiva na propriedade. O agricultor familiar do município tem pouca atividade mecanizada na sua pequena propriedade visto que são agricultores descapitalizados e torna-se inviável produzir mecanicamente. Alguns agricultores familiares já estão conscientes que é possível, e rentável, trabalhar com uma agricultura ecologicamente correta, e é, pois, necessário buscar alternativas ao agronegócio.

Figura 2: Mapa de localização do município de Lagoa de Dentro - PB no território paraibano.



Fonte: CPRM, 2005. Acesso em: 10/02/2022.

Com uma agricultura baseada na policultura, Lagoa de Dentro produz em pequenos estabelecimentos rurais com lavouras temporárias e permanentes que produzem, sobretudo, para o abastecimento familiar, entretanto alguns agricultores mais capitalizados produzem abacaxi para comercializar fora do município, pois o abacaxi, com produção de 208 hectares de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, é comercializado com outras cidades do estado da Paraíba e até mesmo fora do território paraibano, um exemplo é a cidade de Fortaleza, a capital do estado do Ceará, que recebe os frutos produzidos no município (CENSO AGROPECUÁRIO/ IBGE, 2017).

Contudo, o que predomina no município de Lagoa de Dentro-PB é a diversidade das culturas, já que podemos encontrar nos estabelecimentos agrícolas do município pesquisado lavouras permanentes como banana, jabuticaba, laranja, manga, urucum. Já no que diz respeito às lavouras temporárias encontramos o abacaxi, jerimum, cana-de-açúcar, fava, feijão, macaxeira, mandioca, milho dentre outras culturas (CENSO AGROPECUÁRIO/ IBGE, 2017). Como pode ser notado, a produção é baseada, predominantemente, na necessidade alimentar das pessoas, ou seja, para abastecer

a mesa do agricultor e, quando há excedente, pode haver a comercialização em pequena escala, tendo na policultura a principal forma de organização do campo.

Os pequenos estabelecimentos rurais do município têm uma característica predominante que é a policultura, visto que os agricultores familiares, além de plantar diversos tipos de lavouras para consumo próprio e também para comercializar o excedente, tem nos terreiros das casas a criação de galinhas que são usadas da mesma forma para alimentação familiar e para a comercialização, sendo assim a terra é utilizada para a reprodução e sustendo do núcleo familiar do agricultor, ademais a cultura mais presente nos estabelecimentos agropecuários do município de Lagoa de Dentro-PB conforme o IBGE (2017) é a mandioca que é plantada em 514 dos 665 estabelecimentos agropecuários do município (CENSO AGROPECUÁRIO/ IBGE, 2017).

O trabalhador sem capital é a base da zona rural do município de Lagoa de Dentro-PB, o mesmo usa a terra como seu local de trabalho e moradia, tirando da terra a sua sobrevivência, além disso a presença da mandioca em quase a totalidade dos estabelecimentos agropecuários do município (514 de um total de 665, IBGE,2017) é justificável visto que, além da produção da farinha, também produz goma para a tapioca e outros alimentos consumidos pela população. Com a mandioca sendo a cultura que mais se faz presente nos estabelecimentos agropecuários do município entende-se que tal constatação seja pela relativa facilidade para a produção da citada cultura.

Todavia, a cultura do abacaxi já é a cultura que mais tem ocupado o território agrário do município, formando assim com a mandioca as duas culturas mais presentes quantitativamente, todavia, o agricultor familiar produz de forma diversificada, pois é possível observar além do feijão, batata doce, macaxeira, inhame, milho dentre outras culturas, também pode-se encontrar algumas criações de animais de pequeno porte com galinha, cabra, bode etc. que é usado para consumo doméstico e para a venda e troca principalmente dentro do próprio município, tal atividade é mais uma forma do agricultor familiar se reinventar e resistir dentro da hegemonia capitalista para o campo que deixa de lado as diversas formas de produzir no campo.

4 O PLANEJAMENTO MUNICIPAL PARA A AGRICULTURA E A FALA DOS AGRICULTORES: O REGISTRO NA TERRA DE TRABALHO

Para podermos entender melhor como funciona o planejamento do município para a agricultura, propomos uma entrevista semiestruturada com o secretário da pasta da agricultura do município de Lagoa de Dentro-PB. No que diz respeito ao entendimento da produção dos pequenos agricultores, assim como com o secretário, usamos a mesma metodologia, ou seja, as entrevistas semiestruturadas. Conforme nos foi relatado pelo secretário, o senhor Antônio Fernandes, o município dispõe de dois tratores para o corte de terra, ainda segundo ele para o ano de 2021 o planejamento foi para atingir em média 600 horas de trabalho dos tratores no corte de terra.

Porém, devido à estiagem, o planejamento foi prejudicado já que com a escassez de chuva a agricultura praticada pelos agricultores familiares ficou seriamente comprometida. Além disso, outra informação recolhida na entrevista com o secretário e facilmente constatada na paisagem rural do município de Lagoa de Dentro-PB é o fato da cultura do abacaxi está ocupando o território agrário pelo valor de comercialização desta cultura, que é comercializada fora do município como já especificado nesta pesquisa. De acordo com o secretário,

Hoje, as pessoas estão mais ligadas na plantação de abacaxi, [...] quem planta abacaxi é uma pessoa que tem situação (financeira) melhor, e a gente tem direcionado (os tratores para o corte de terra) para as pessoas que trabalham com a agricultura de subsistência, que é feijão, milho, macaxeira [...]. (Secretário de Agricultura Antônio Fernandes).

Durante a entrevista o secretário falou que tem um projeto para a construção de reservatórios de água de porte médio para que os agricultores possam usar durante o período de estiagem. Outra iniciativa, como foi dito na entrevista, é sobre a orientação por parte da secretaria aos agricultores sobre os impactos causados pelo uso dos agrotóxicos, porém conforme falado seria apenas a partir do ano de 2022. O secretário argumentou que é preciso conscientizar os agricultores, pois ainda há muita resistência já que estes trabalhadores estão praticando há muito tempo esse tipo de agricultura e é difícil mudar as práticas.

No que tange ao apoio técnico, segundo foi informado, a secretaria dispõe de dois agrônomos que “quando os agricultores procuram, a secretaria oferece as

orientações”. Ademais, a secretaria prepara um projeto que incentive os agricultores para uma produção com mais respeito ao meio ambiente. Para o secretário, “o grande problema da agricultura de subsistência é que não existe incentivo” (apoio financeiro). Percebe-se um certo distanciamento da secretaria em relação aos agricultores, pois é dever do poder público planejar e oferecer aos proprietários dos pequenos estabelecimentos, que é de onde os trabalhadores retiram o seu sustento e das suas famílias, uma forma de produzir mais e melhor.

A entrevistada dona Maria Lúcia de Fátima Félix da Silva, a dona Lúcia como é conhecida, informou que busca orientação na internet para poder aplicar no dia a dia no seu roçado. Segunda ela, a falta de um apoio por parte da secretaria dificulta ainda mais a lida diária no seu pequeno sítio de pouco mais de 2 hectares que fica na localizada no Sítio Lagoa do Meio, zona rural do município de Lagoa de Dentro-PB. A agricultora de 61 anos planta milho, feijão, macaxeira e inhame tanto para consumo próprio quanto para comercializar numa feira de produtos orgânicos que acontece toda sexta-feira no centro da sede do município. Além dessas culturas citadas, dona Lúcia, cria cabras fazendo rotação de pastagem em dois piquetes pequenos. À noite, os animais são confinados em um local improvisado que ela mesma construiu.

Ela reclama da falta do apoio de um agrônomo para uma orientação com as lavouras e as frutíferas que ela comercializa, como também de um veterinário para orientá-la com os animais, pois uma boa orientação torna-se essencial para os agricultores familiares, uma vez que quem possui pouca terra para poder trabalhar, e com a dificuldade de água, como é o caso da entrevistada, o apoio técnico torna-se necessário. A agricultora sabe da importância da orientação adequada para que a zona rural possa produzir mais alimentos para abastecer o município. Conforme ela diz,

A gente precisa do apoio do agrônomo, a questão das cabras, um veterinário para estar acompanhando, quando dá uma anemia forte aqui, a gente fica pensando no que vai fazer. Como faz muito tempo que eu crio, já tenho uma experiência, aí vou procurando qual o remédio que vai dá mais certo, né, e assim a gente vai vivendo, mais a gente precisa dessas pessoas (Dona Lúcia, agricultora).

“Essas pessoas” a quem dona Lúcia faz referência são os técnicos os veterinários, os agrônomos e os técnicos agrícola que poderiam auxiliá-la no seu trabalho e, por conseguinte, colaborar com uma melhor colheita. Entretanto, a

secretaria de agricultura não tem uma política de orientação dos agricultores, como bem falou de forma literal o chefe da pasta no município que tal orientação apenas é feita quando os agricultores procuram a secretaria, aí sim, de acordo com o secretário, há orientação. Durante a entrevista dona Lúcia mostrou-se uma pessoa consciente das suas ações para com a terra que produz o seu alimento como também o alimento das pessoas que consomem os seus produtos, dado que ela comercializa o pouco que excede da produção.

Para dona Lúcia, a experiência dela com a terra e com os animais que ela cria no seu sítio ajuda na hora que precisa de orientação, mas não tem. Todavia, como ela deixou claro durante a conversa no alpendre da sua casa, é sim necessário que o município tenha uma aproximação com a zona rural e, em especial, com os agricultores familiares que produzem tanto para o seu consumo quanto para comercializar o pouco excedente, ademais uma característica da zona rural do município de Lagoa de Dentro-PB é que a terra de trabalho também é o local de morada dos agricultores.

Observando dados do Censo Agropecuário de 2017 divulgados pelo IBGE em seu site, o município de Lagoa de Dentro-PB tem 665 estabelecimentos agropecuários, destes, 196 são administrados por mulheres e 469 por homens, sendo que a maioria dos agricultores estão entre os 45 e 75 anos de idade totalizando 431 estabelecimentos agropecuários dos 665, mostrando assim que os agricultores permanecem na zona rural mesmo depois de alcançar certa idade visto que 142 estabelecimentos têm como produtores pessoas entre 65 e 75 anos de idade (CENSO AGROPECUÁRIO/ IBGE, 2007).

Vemos, pois, que o agricultor familiar em Lagoa de Dentro-PB continua na pequena propriedade visto que a atividade agrícola é uma forma dos agricultores continuarem produtivos mesmo depois de alcançarem idade de aposentadoria. A maioria dos agricultores trabalharam a vida inteira nos roçados e quando chegam na aposentadoria podem permanecer na pequena propriedade plantando diversas culturas e criando animais de pequeno porte. Os dados do IBGE (2017) indicam que as mulheres têm sob sua administração quase 200 estabelecimentos agropecuários, este dado mostra a importância de políticas públicas voltadas para o campo que observem também a questão de gênero, e que o planejamento seja plural como é o campo no município pesquisado.

Figura 3: Cacimba no sítio Lagoa do Meio, na propriedade da agricultora Dona Lúcia.



Fonte: Trabalho de Campo, 2021.

A Cacimba mostrada na figura 3 foi construída através de um empréstimo do PRONAF. Contudo, ela não foi bem construída, chegando a erodir uma parte da barreira para dentro do reservatório, como podemos observar na imagem, comprometendo a capacidade de armazenagem da água. Como a maioria dos agricultores do município de Lagoa de Dentro-PB, dona Lúcia apesar de muita força de vontade e vitalidade para trabalhar, encontra obstáculos pelo caminho, como a falta de apoio do poder público para a agricultura de subsistência.

Outro dado importante do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE referente à zona rural de Lagoa de Dentro-PB é sobre a assistência técnica nos estabelecimentos agropecuários do município, esta questão da assistência técnica torna-se imprescindível pois os agricultores familiares, geralmente, não podem pagar e como não há por parte do poder público tal auxílio, tem-se a informação que dos 665 estabelecimentos agropecuários, apenas 71 recebem alguma assistência técnica, de outro modo 574 informaram no ano que o IBGE fez a pesquisa (2017) que não recebem nenhuma assistência técnica. Além da agricultura, uma presença dos

pequenos sítios do município de Lagoa de Dentro - PB são alguns animais de pequeno porte como por exemplo cabras e galinhas.

Figura 4: Confinamento dos animais no Sítio Lagoa do Meio na propriedade da agricultora Dona Lúcia.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Outro ponto citado pela entrevistada foi a necessidade de fazer análise da terra para poder saber o motivo de algumas culturas não ser possível produzir no seu sítio. É o caso por exemplo da fava e da batata doce que dona Lúcia não consegue produzir.

A fava flora e ali mesmo se acaba, porque como eu não quero usar o produto químico (agrotóxicos), entendeu, aí... não consigo (produzir a fava e batata doce). Veneno de jeito nenhum eu não uso aqui não, pelo menos eu na agricultura [...] até para as formigas eu uso água sanitária (Dona Lúcia, agricultora).

A agricultura praticada no sítio da dona Lúcia é tipicamente familiar, contudo as frutas, quando têm, são comercializadas na feira orgânica do município como já citado nesta pesquisa. Com uma produção sem auxílio técnico e baseando-se no conhecimento adquirido, ao longo do tempo, na lida diária, a agricultora, assim como outros espalhados pelo município aprendeu com as percas. Quando a agricultora

chegou na terra há quatorze anos, a mesma plantou 22 kg de feijão e colheu apenas cinco kg.

Depois de muito observar, chegou à conclusão que não podia plantar o feijão logo nas primeiras chuvas, pois “dava a queima do feijão”. Cultivando algumas frutíferas, a agricultora também comercializa laranjas quando é possível visto que a produção é pouca, porém é sempre uma complementação de renda, ou seja, para a manutenção das necessidades iniciais e não para acumular capital. Além disso, a agricultora tem também criação de galinhas como forma de complemento de renda, havendo uma configuração de uma policultura como é a predominância na zona rural do município de Lagoa de Dentro - PB.

Com 2030 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários sendo que desse total 1610 possuem laço de parentesco com o produtor rural, o município de Lagoa de Dentro - PB tem na família a base da produção, sendo uma característica presente nos sítios dos pequenos agricultores, pois nota-se a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 referente ao município que o trabalho no campo é em família. Outro dado importante é que 247 produtores rurais nunca frequentaram a escola, mostrando assim como as populações do campo que precisam da terra para sobreviver têm sido esquecidas pelo poder público de forma geral, visto que é um número alto comparado com a totalidade dos 665 estabelecimentos agropecuários.

De outro lado, são 25 produtores que possuem ensino superior, um número baixo de pessoas com formação superior, já sobre empréstimos a grande maioria dos 665 produtores não obtiveram empréstimos: 546, e apenas 119 obtiveram algum tipo de empréstimo para poder trabalhar nas suas propriedades rurais do município. Com tanta adversidade, os pequenos agricultores comercializam frutas para melhorar a renda.

Figura 5: Laranjeira na propriedade da agricultora dona Lúcia, no Sítio Lagoa do Meio, zona rural de Lagoa de Dentro - PB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Dona Lúcia afirma que não entra trator na terra dela, entrou apenas para cavar um pequeno barreiro, já que “tratou não é bom para a terra”. Ela também não queima nada na terra, mesmo quando o capim está grande ela alimenta as cabras e chegou até a fazer doação para uma vizinha, mas não fez a queima para não degradar a terra. É assim que os agricultores vão vivendo, aprendendo, ensinando e produzindo, tanto alimento para o corpo quanto cultura, sabedoria popular para as atuais e futuras gerações.

Apesar de não terem a assistência necessária por parte do poder público municipal, os agricultores do município de Lagoa de Dentro-PB vão, com sua criatividade, persistência e vontade de oferecer uma vida mais digna aos seus familiares, produzindo na terra. Há propriedades na zona rural do município que têm diversidade de culturas como é o caso que encontramos também no Sítio Feijões na propriedade do Senhor Ivanildo Xavier de Andrade, 55 anos de idade, com dez anos produzindo na terra.

Com sete hectares de terra, o senhor Ivanildo diversificou, conforme nos informou durante a Pesquisa de Campo, dos sete hectares cinco estão ocupadas com lavouras como abacaxi, banana, macaxeira. Produzindo há 10 anos na terra, tanto ele quanto os filhos comercializam na feira de Oitizeiro, em João Pessoa, a capital do

estado da Paraíba. Usando a água de dois pequenos açudes para irrigar a lavoura no sítio, o agricultor vai produzindo alimentos para o sustento próprio e também dos filhos, é uma produção totalmente baseada no trabalho familiar.

Figura 6: Barreiro na propriedade do senhor Ivanildo, no Sítio Feijões, zona rural de Lagoa de Dentro - PB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

É desta nascente, pois, que o senhor Ivanildo irriga a sua plantação e assim vai produzindo com os seus familiares. A banana é a cultura predominante na propriedade, e quando perguntado qual o motivo de a citada fruta ser a que ocupa o maior espaço em relação as outras culturas, o agricultor informou que é devido à relativa facilidade de trabalhar com as bananeiras. Indo de encontro com alguns proprietários de terra que investem na criação de gado, o senhor Ivanildo preferiu a agricultura diversificada, reservando apenas um pequeno espaço para a criação de poucas reses.

Não apenas o senhor Ivanildo, mas também outros agricultores familiares do município produzem sem nenhuma ajuda técnica específica, ou seja, a produção é a partir do que os agricultores aprenderam ao longo do tempo com seus pais e que agora passam para os filhos, contudo quando poderia ser uma questão apenas cultural, quase sempre é passado uma informação que não ajuda o agricultor a obter um alimento melhor e em maior quantidade.

Figura 7: Agricultor mostrando o motor usado para irrigar as lavouras.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

O motor facilita muito a vida do agricultor no dia a dia, e no caso da propriedade do senhor Ivanildo, a nascente de água é fator importante para que ele possa trabalhar com mais tranquilidade, pois como ele fala, “sem água não dá para trabalhar”. Sem ajuda do poder público, mas com a sabedoria adquirida, ao longo do tempo, trabalhando na terra, o agricultor construiu em sete hectares um local onde planta e colhe os frutos do seu trabalho mostrando dessa forma que é possível e viável a produção dos agricultores familiares. O agricultor entrevistado informou que está feliz com a sua produção e que segue uma tradição da família na agricultura.

Nas figuras 8, 9 e 10 a seguir, podemos observar as plantações que o senhor Ivanildo produz na sua propriedade. Essa produção é feita sem ajuda de um técnico que oriente o agricultor, é apenas com a experiência acumulada ao longo do tempo de trabalho com a agricultura. Os agricultores entrevistados sentem falta de uma orientação por parte de profissionais como agrônomo ou um técnico agrícola, contudo caso não tivessem a capacidade de se reinventar os pequenos agricultores descapitalizados não poderiam trabalhar na terra, pois o poder público não presta auxílio, portanto o empirismo, as experiências, são valiosas ferramentas que

colaboram com os agricultores para que possam trabalhar com a terra mesmo sendo deixados de fora do orçamento público.

Figura 8: Plantação de abacaxi do senhor Ivanildo no Sítio Feijões, zona rural de Lagoa de Dentro - PB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A cultura do abacaxi é a que tem ocupado o maior espaço no território do município, no entanto, geralmente quem trabalha com esta cultura no município são os agricultores mais capitalizados, pois é uma cultura que exige mais investimento financeiro. Apesar de ser uma escolha visando um lucro maior não foi o que ocorreu na propriedade do senhor Ivanildo, porque o abacaxi é produzido lado a lado com a banana, a macaxeira, o inhame, e outras culturas que formam a diversidade desta referida propriedade. A mandioca é uma das culturas que também ocupa uma parte considerável do município, de acordo com o IBGE (Censo Agropecuário, 2017).

Na imagem abaixo vemos o agricultor dentro da sua terra de trabalho, produzindo agricultura em um país que virou as costas para os agricultores familiares e privilegiou a agricultura capitalista para a exportação. Quando as terras são transformadas em desertos de uma só cultura, há resistência nesses territórios de luta e resiliência. A cultura da mandioca é presente no município, abaixo vemos o agricultor

no roçado de macaxeira, que é usado tanto para o consumo da família quanto para comercializar.

Figura 9: Senhor Ivanildo mostrando a plantação de macaxeira.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

O agricultor tem na terra sua fonte de renda, logo cuidar bem dela é primordial para que sigam podendo colher os frutos do trabalho, mesmo que em alguns casos a produção abasteça apenas a casa, pois devido à estiagem há anos em quem a safra não é tão satisfatória para o agricultor. Logo, o apoio de agrônomos é necessário para uma melhor forma de cuidar da terra e de aumentar colheita. De acordo com o agricultor, o bananal ocupa pouco mais de duas hectares das sete que o mesmo dispõe para trabalhar, ainda durante a entrevista o senhor Ivanildo diz que o bananal bem cuidado é possível retirar a cada quinze dias entre 15 e 20 mil unidades, todavia nos períodos secos a tiragem chega em média a 5 mil unidades. Com cerca de 4000 unidades plantadas, o bananal é a cultura que ocupa a maior área da propriedade, contudo o mesmo compõe uma diversidade implantada pelo agricultor.

De acordo com Correia (2020) “apesar da pecuária também ser desenvolvida no Agreste, foi a agricultura camponesa, com base no trabalho familiar, a atividade

econômica responsável pela ocupação inicial da região (CORREIA, 2020, p. 132). Ainda conforme a autora supracitada, de início os produtos eram para o autoconsumo das famílias e depois surgiu o comércio atendendo a região com o advento das feiras de gado.

Figura 10: Bananal na propriedade do senhor Ivanildo.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Essa produção é toda vendida em João Pessoa pelo próprio agricultor e seus filhos, dessa forma ao agricultor fica livre da figura do atravessador, que fica com parte do lucro dos agricultores, pois quando a produção é vendida para o atravessador, geralmente, é por um preço abaixo do valor real, para ser revendido por um preço maior prejudicando dessa forma quem trabalha para a produção que é o agricultor. Perguntado qual o motivo do bananal ocupar boa parte da terra, o agricultor informou que por se tratar de uma lavoura permanente, é viável sua produção, pois,

A bananeira segura o tempo todo, o abacaxi não, é dois anos se acaba (é preciso plantar novamente), a batata com nove meses tem de plantar outra de novo, e a banana não, você cuidando da bananeira, nunca se acaba não, é direto [...] é só tomar conta, né, adubar, “agoar” (irrigar), tratar dela, nunca se acaba não a bananeira (Entrevista com o Senhor Ivanildo, agricultor).

O agricultor mostra sua capacidade de produzir numa pequena área, além disso, produz de forma diversificada, a despeito da falta de apoio do poder público para a agricultura produzida nos pequenos sítios. Por isso, levando em consideração a escolha do Estado brasileiro pelo agronegócio, ou seja, a agricultura empresarial, pode-se entender que os agricultores entrevistados praticam a agricultura da resistência.

Com uma Horta Orgânica a agricultora Gisélia Avelino Estevão, 52 anos, produz uma variedade de hortaliças em 2 hectares das três que compõe o todo do seu espaço onde mora com um filho e o pai na zona rural do município de Lagoa de Dentro-PB. Conforme informou dona Zélia ao pesquisador, ela começou a trabalhar com produtos orgânicos há cerca de 15 anos com incentivo da secretaria de Agricultura.

Figura 11: Horta Orgânica na propriedade de dona Zélia.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A agricultora vende seus produtos aos sábados na Feira Livre do município de Lagoa de Dentro-PB, como também faz entregas em domicílio aos clientes. Além disso, algumas pessoas vão até a sua propriedade para comprar os produtos e conhecer a Horta. Segundo a agricultora, a mesma gasta com a limpeza dos barreiros (ela tem dois), em média, 2000 mil reais por ano. Mesmo sem a ajuda do poder público

no momento, já que ela recebeu apoio no início há cerca de 15 anos, dona Zélia produz de forma que respeita o meio ambiente.

Indo de encontro a tese que defende os produtos tradicionais, pois produzindo grandes quantidades barateia o produto, a agricultora diz que “vende pelo mesmo preço dos outros” (não orgânicos), ainda consoante dona Zélia, “ainda tem gente que fala que eu deveria vender mais barato porque sou eu quem planto”. É uma inversão do que acontece no mercado, já que os produtos orgânicos, invariavelmente, são mais caros. Portanto, produzir de forma racional e orgânica é viável economicamente, por isso o poder público precisa olhar para o campo como um lugar de produção de riqueza e, sobretudo, de justiça social.

Apesar da falta de apoio da secretaria de agricultura do município de Lagoa de Dentro-PB, o agricultor Cristiano Ribeiro da Silva produz alface e coentro em uma propriedade com menos de 1 hectare, no Sítio Papagaio, zona rural do município de Lagoa de Dentro-PB, para vender a alguns feirantes que revendem tanto no referido município quanto no município vizinho de Pedro Régis-PB. Segundo Cristiano, o mesmo nunca recebeu a visita de nenhum técnico da secretaria de agricultura, como também nunca vendeu para programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nem mesmo para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O agricultor Cristiano sempre morou no Sítio Papagaio, zona rural do município de Lagoa de Dentro-PB, onde trabalha diariamente para poder viver com mais dignidade, mesmo sem apoio técnico, tampouco capacitação para, assim sendo, produzir mais e melhor e, por conseguinte, aumentar sua renda, resiste às indiferenças oficiais levantando cedo todos os dias para trabalhar. A pequena horta (figura 12) é mantida com certa dificuldade, pois além da falta de apoio da secretaria de agricultura já mencionado, tem a questão da falta de planejamento também para a convivência com a estiagem que é um complicador a mais para os agricultores com o perfil de Cristiano.

A água é essencial para o agricultor familiar e a falta do líquido precioso é um complicador a mais na vida dos moradores da zona rural do município de Lagoa de Dentro-PB que não podem pagar para cavar um açude, porque a produção é inviável para alguns pensarem em tamanho investimento, é o caso do agricultor Cristiano, mesmo assim ele não desiste e vai lutando por melhores dias com a ajuda da esposa. Abaixo é visto a pequena horta onde Cristiano planta e colhe os frutos do seu trabalho.

Figura 12: O agricultor Cristiano e sua família colhendo na Horta, Sitio Papagaio, zona rural do município de Lagoa de Dentro - PB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

O agricultor Cristiano lamenta não ter recebido a visita de nenhum técnico da secretaria e quando foi perguntado como faz no dia a dia no trabalho ele respondeu que “vou fazendo ‘de cabeça’ mesmo”. Quando o agricultor fala que faz o trabalho “de cabeça”, quer dizer ele com isso que tenta alimentar sua família sem a mínima orientação seja de um técnico agrícola ou de um agrônomo, como ele não pode contratar um profissional por conta própria as dificuldades vão aumentando. Além disso, o agricultor já mudou de local duas vezes por falta de água.

Durante a entrevista (outubro, 2021) Cristiano informou que o local onde produz os alimentos foi cedido por um vizinho, pois na pequena propriedade do cunhado onde plantava não está sendo possível atualmente porque “o açude secou”. O agricultor trabalha com sua esposa na horta e no tempo das chuvas ele trabalha nas terras de outros vizinhos ganhando por diária trabalhada, além disso a família recebe ajuda do Programa Federal de transferência de renda Bolsa Família. Ademais, Cristiano fala que deveria haver orientação dos técnicos porque “nos outros lugares têm ‘né’, a gente ver na televisão”.

Figura 13: Coentro da horta do agricultor Cristiano Ribeiro, Sítio Papagaio, zona rural do município de Lagoa de Dentro - PB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Agricultores como Cristiano precisam de políticas públicas que possam pensar o campo como o território da agricultura familiar que produz alimentos para abastecer tanto a família do agricultor como também o mercado em pequena escala, ou seja, o comércio local, as feiras livres etc. Todavia, a luta de classes no campo brasileiro não permite que os agricultores familiares tenham mais oportunidades de financiamento para a pequena e média agricultura, pois “as oligarquias rurais sempre tiveram grande peso político no contexto nacional brasileiro, dado a importância econômica da agricultura e dos setores produtivos a ela relacionados, que compõem o que se denomina de agronegócio [...] (LOCATEL, LIMA, 2016, p. 58).

O campo brasileiro transforma-se em território contraditório, de um lado o agronegócio sendo subsidiado pelo Estado produzindo a dita “modernização”, de outro a massa trabalhadora rural demandando trabalho e uma vida digna (LOCATEL; LIMA, 2016). Consoante os autores supracitados, “este processo chamado de modernização da agricultura não ocorreu da mesma maneira para todos os produtores rurais e todos os tipos de cultivo, acirrando uma pobreza rural” [...] (LOCATEL; LIMA,

2016, p. 63). É, pois, o que vamos observar sobre a cultura da mandioca no contexto do município de Lagoa de Dentro-PB no próximo subitem.

4.1 A CULTURA DA MANDIOCA

A cultura da mandioca é a principal atividade do agricultor Vanderlei Nascimento da Silva, 40 anos, que desde criança já ajudava o avô na “casa de farinha” localizada no Sítio Lagoinha distante 7 km da sede do município de Lagoa de Dentro-PB. O agricultor Vanderlei planta mandioca e vende em algumas cidades do Rio Grande do Norte. O transporte é feito em um caminhão pelo próprio agricultor semanalmente. Em média são 6000 kg de mandioca comercializados pelo agricultor no estado vizinho da Paraíba.

Figura 14: Barragem usada pelo agricultor Vanderlei para irrigar a lavoura.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Como mencionado por outros agricultores entrevistados para a pesquisa, a água tem grande importância para os pequenos agricultores, e para estes as dificuldades são maiores, pois como não são capitalizados fica praticamente inviável investir na escavação de açude para uma melhor produção. Além do agricultor

Vanderlei, outros agricultores do Sítio Lagoinha usam a água da barragem da figura 14, contudo com a estiagem, e como é uma barragem pública o uso para irrigação não estava sendo permitido no momento da pesquisa (outubro de 2021).

A barragem foi construída pelo município de Lagoa de Dentro-PB e tem servido para os agricultores da localidade na irrigação de suas lavouras, deixando evidente que uma política de escavação de barragens que considere as reais necessidades de cada região do município pesquisado é importante e tende a diminuir as dificuldades dos agricultores familiares. Ademais, é com a permanência do homem do campo na sua terra de trabalho e com apoio técnico adequado que as disparidades sociais ficarão menos indecentes no país.

A mandioca que é produzida no estabelecimento de Vanderlei poderia está sendo beneficiada na própria casa de farinha que ele tem na propriedade, contudo como o galpão deteriorou estruturalmente não é possível o beneficiamento. O agricultor informou durante a entrevista que procurou alguns bancos públicos para se informar sobre a possibilidade de um empréstimo para poder reformar a casa de farinha, mas as instituições informaram que “não tem financiamento para mandioca”.

Quem manda aqui agora é o abacaxi, o banco fornece dinheiro, um saco de adubo parece que “tá” duzentos e vinte “conto”, ninguém aguenta mais também (comprar o adubo caro) [...] aí a mandioca se relaxa, (o agricultor abandona a cultura da mandioca para plantar abacaxi), hoje “tá” bom, hoje a tonelada está entre quinhentos e quinhentos e cinquenta (reais) a tonelada de mandioca, devido essa seca, muita gente (está) comprando para ração (para o gado), (agricultor Vanderlei, 40 anos).

Mesmo com as dificuldades encontradas, o agricultor continua plantando mandioca, “porque eu sou teimoso”. Ademais, a cultura da mandioca para este agricultor foi passada de geração em geração, pois ele já é a terceira geração. A falta de financiamento para o galpão sonhado pelo agricultor que viabilizaria o beneficiamento da mandioca não foi o bastante para que ele parasse com a cultura na sua terra, mesmo aparecendo as dificuldades, tanto por falta de apoio do poder público que fosse possível melhorar a produção com a ajuda técnica quanto pela falta de financiamento dos bancos públicos para a cultura da mandioca no município, Vanderlei continua resistindo para subsistir no campo, como ele mesmo diz: “sendo teimoso”.

Sendo a cultura da mandioca a mais presente nos estabelecimentos agropecuários do município de Lagoa de Dentro-PB de acordo com pesquisa do IBGE

já mencionada, e não havendo financiamento para a referida cultura para o município, como informou o agricultor Vanderlei, os agricultores familiares ficam em dificuldades para plantar e produzir com melhor qualidade e maior quantidade. A mandioca, além de produzir farinha e a goma para a tapioca, é usada também para alimentar os animais, principalmente nos períodos de estiagem prolongada.

Figura 15: Plantação de mandioca no Sítio Lagoinha na propriedade do agricultor Vanderlei, zona rural de Lagoa de Dentro - PB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A produção da mandioca é transportada pelo próprio agricultor em um caminhão para as cidades de Serrinha e Boa Saúde, ambas no estado vizinho do Rio Grande do Norte, o agricultor Vanderlei ainda informa que leva a mandioca para estas cidades do Rio Grande do Norte e transporta de lá os derivados da mandioca como a farinha e a goma para vender no comércio de Lagoa de Dentro-PB e região. Como não conseguiu o financiamento para a reforma da casa de farinha no seu sítio, o agricultor não produz a farinha nem a goma, pois não seria possível produzir em quantidade suficiente para cobrir os custos e não dar prejuízo. Apenas com um raspador elétrico seria possível beneficiar a mandioca produzida no seu sítio com uma perspectiva de ganhos suficientes.

Figura 16: Residência do agricultor Vanderlei no Sítio Lagoinha, zona rural de Lagoa de Dentro - PB.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A figura 16 acima ilustra bem as propriedades dos agricultores familiares no município de Lagoa de Dentro-PB, pois é possível compreender a dinâmica da terra de trabalho já que tanto o local de morada e a terra que é usada para a reprodução socioeconômica é o mesmo território. Dessa forma, o agricultor quando cuida da terra de trabalho também está cuidando do seu local de morada. Vanderlei lamenta a falta de financiamento para poder organizar o galpão da casa de farinha e assim poder beneficiar a mandioca “por questão de não ter conseguido o financiamento para fazer um galpãozinho para botar os troços (maquinário), [...] eu sei fazer (a farinha e a goma), nasci os dentes dentro da casa de farinha”.

Durante a entrevista Vanderlei demonstrava conhecimento sobre o processo de transformação da mandioca em farinha e na goma, pois faz isso desde criança, esse domínio veio ao longo do tempo depois de muitas noites na casa de farinha como também na lida diária preparando a terra para reproduzir a cultura da mandioca, apesar de não poder aumentar a produção por falta de apoio, o agricultor continua trabalhando e produzindo alimentos, contudo não sem lamentar a falta de prestígio que a mandioca, a despeito de ser importante atividade na zona rural do município de

Lagoa de Dentro-PB, tem mediante outras culturas: “a roça (mandioca) é planta de pobre”.

Figura 17: O agricultor Vanderlei mostrando o roçado de mandioca, Sítio Lagoinha, zona rural de lagoa de Dentro - PB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

O financiamento que faltou para o “galpãozinho” do agricultor Vanderlei, certamente não foi o mesmo que aconteceu com as atividades do agronegócio e latifundiários brasileiros, pois de acordo com Cosme (2019) nos anos de 2011 e 2012 foram direcionados 107,2 bilhões para o agronegócio e apenas 16 bilhões para os pequenos agricultores, já nos anos de 2014 e 2015 foram 156,1 bilhões para o agronegócio e 24,1 bilhões para os pequenos agricultores. Portanto, a agricultura praticada nas pequenas propriedades não recebe o mesmo apoio estatal que recebe as monoculturas que produzem para exportação.

A subrepresentação dos trabalhadores no Congresso Nacional é um fator que colabora para que a agricultura patronal capitalista seja o foco dos investimentos em detrimento das inúmeras famílias de agricultores que trabalham para o autoconsumo e, quando muito, para comercializar em pequena escala algum excedente. Ademais, a conscientização da importância de um maior investimento na agricultura de base familiar vem dos Movimentos do campo, todavia ainda não se transformou em

representação no congresso, e não apenas lá, é preciso que os trabalhadores do campo tenham representantes nas Câmaras Municipais e nas Assembleias, pois é onde a luta de classe no Brasil torna-se evidente.

Figura 18: Caminhão utilizado pelo agricultor Vanderlei para transportar a mandioca, a farinha e a goma de tapioca.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Enquanto agricultores como Vanderlei e outros mais, ouvidos ou não pela pesquisa, não têm o incentivo financeiro por parte do Estado, a burguesia agrária tem seus interesses atendidos através de Medidas Provisórias com a ajuda da bancada ruralista no Congresso Nacional (COSME, 2019). Consoante o autor supracitado “a edição da Medida Provisória nº 733, de 14 de junho de 2016, visando à liquidação e à renegociação de dívidas rurais, é um claro exemplo do atendimento aos interesses do agronegócio” (COSME, 2019, p.127). Apesar do pouco incentivo do Estado, a agricultura praticada pelas famílias nos seus pequenos sítios resiste e continua produzindo para a manutenção familiar, sobretudo, além de vender para o comércio local e das cidades vizinhas, como acontece com alguns dos entrevistados para esta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para embasar esta pesquisa sobre a agricultura familiar no município de Lagoa de Dentro – PB, tivemos como base teórica importantes estudiosos da temática em questão no contexto brasileiro, ademais para poder contextualizar a escrita com o território paraibano apoiamo-nos em autores que estudam o território da Paraíba e que foram imprescindíveis para a construção deste trabalho. Autores como Lima (2011), Mariano Neto (2001, 2006), Moreira e Targino (2007, 2011), além de Rodrigues (2012) e Silva (2012) são estudiosos das questões relacionadas ao campo paraibano que desenvolvem um pensamento reflexivo sobre a agricultura paraibana e suas formas de produção.

A agricultura brasileira mudou sua forma de produção com a mundialização do capitalismo, visto que a partir do advento da modernização das relações de produção no campo, a agricultura forjada pelos agentes econômicos mundiais precisava produzir em quantidade suficiente para exportação, sem com isso levar em consideração o abastecimento nacional e sim os mercados estrangeiros, já que a intenção da modernização da agricultura, a despeito dos idealizadores das políticas para o campo falarem que tinham a intenção de alimentarem a população, era tão somente o lucro, mesmo que para isto fosse preciso expropriar as populações rurais e usar irracionalmente a terra e os recursos naturais.

Estudar a agricultura brasileira passa, necessariamente, pela compreensão dos processos de desenvolvimento do modo de produção no território brasileiro pelo capitalismo, visto que esse desenvolvimento é contraditório e combinado, já que a despeito da forma de produção da agricultura capitalista com o trabalho assalariado, há formas de trabalho não capitalista, contraditoriamente, como é o caso dos agricultores familiares, portanto, mesmo a agricultura brasileira sendo planejada, hegemonicamente, pensando na exportação dos alimentos produzidos, o capitalismo não excluiu a pequena produção (OLIVEIRA, 2019).

O campo brasileiro é, pois, um território em transformação permanente e disputado por duas classes distintas: a classe dos empresários do agronegócio e dos latifundiários pela agricultura capitalista e os agricultores familiares produzindo uma agricultura para a manutenção e também para comercialização em pequena escala.

Além disso, as relações de trabalho e as condições socioeconômicas dos agricultores familiares não foram observadas pela “modernização” da agricultura patronal capitalista, o modo de produção capitalista no campo acentuou, portanto, as disparidades socioeconômicas e regionais, como também dentro das regiões.

Exemplo dessas disparidades que se consumaram dentro das regiões pode ser colocado que, de um lado a agricultura capitalista irrigada explorava as terras no Nordeste produzindo para exportação, como também as usinas produziam cada vez mais com os subsídios estatais, de outro modo os pequenos agricultores perdiam suas terras e tinham seus direitos trabalhistas negados, fato que contribuíram sobremaneira para os Movimentos de luta pela terra e por direitos na região Nordeste do Brasil, logo a “modernização” da agricultura brasileira foi uma forma de exploração das terras e dos recursos naturais em benefício da elite nacional, enquanto a região Nordeste amargava números socioeconômicos vergonhosos, além disso a concentração de terra nas mãos de poucas pessoas foi um dos motivos que acentuou as disparidades sociais na região.

A presente pesquisa foi pensada com o objetivo de analisar a agricultura produzida e o processo de produção dos agricultores familiares do município de Lagoa de Dentro-PB, pois a atividade destes agricultores é essencial para a produção dos alimentos que são consumidos diariamente pela população, ademais a população da zona rural tem sido, ao longo do tempo, esquecida pelo poder público, no Brasil de forma geral e no município pesquisado de forma particular, ignorando, pois, a capacidade e resistência dessa parcela da população.

A agricultura é para os donos das pequenas áreas rurais pesquisadas a principal fonte de renda dos agricultores, pois todos moram e trabalham na zona rural e é a partir da agricultura que se reproduzem familiar, social e economicamente colocando sua força de trabalho na terra e deixando a força da agricultura da resistência no espaço agrário do município de Lagoa de Dentro-PB. Ademais, os agricultores pesquisados estão construindo, pela persistência, luta e, principalmente, necessidade de produzir para sobreviver, uma agricultura da resistência, pois nenhum possui máquinas para arar a terra, e quase não recebe a ajuda das máquinas da prefeitura, nem apoio de agrônomos, veterinários ou técnico agrícola para as orientações necessárias, que com o conhecimento adquirido pelos agricultores familiares poderão contribuir para uma zona rural desenvolvida.

Durante a pesquisa de campo foi possível identificar que o município não tem um plano específico para a agricultura, trabalhando apenas com ações primárias que nada influenciam para uma verdadeira e efetiva produção no espaço agrário do município de Lagoa de Dentro-PB, é o caso do corte de terra, que em média são três horas para cada agricultor. Ademais, a agricultura praticada no município é de base familiar e necessita de apoio técnico e financeiro para uma produção que leve o agricultor a produzir com mais qualidade e de forma satisfatória, pois o dia a dia do agricultor é cheio de dificuldades e incertezas, principalmente pelas estiagens prolongadas.

Portanto, um planejamento levando em consideração a capacidade do território municipal para a agricultura e, principalmente, as especificidades de cada agricultor é necessário para o campo lagoadentense tornar-se produtivo e atrativo para as futuras gerações, pois os moradores da zona rural, em sua maioria, trabalham em pequenos sítios plantando os alimentos com a colaboração dos seus familiares como os filhos e cônjuges. Portanto, a zona rural precisa de políticas públicas que objetive um desenvolvimento socialmente comprometido e que faça uso dos recursos naturais com responsabilidade, pensando na melhoria da produção, pois a população depende da agricultura familiar, sobretudo, e dos agricultores que produzem a policultura nos seus roçados e pequenos sítios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco**. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001, p. 266-280.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Entre a cultura e a política: uma Geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar**. Tese (Doutorado em Geografia). Uberlândia, 2007. 476 p.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 1, n. 1, p. 73-98, 1º semestre de 2010.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino de Geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Aquidauana – 2008. 462 p.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Avicultura no espaço agrário do agreste paraibano: a reprodução ampliada do agronegócio e simples do campesinato**. Curitiba: CRV, 2020. 306 p.

COSME, Claudemir Martins. **A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo Censo Agropecuário**. 2017. Revista Pegada – vol.21. n.1, Janeiro-Abril/2020. p. 84-109.

CRPM. **Localização do município de Lagoa de Dentro – PB**, 2005. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Hidrologia/Estudos-Hidrologicos-e-Hidrogeologicos/Paraiba---Atlas-Digital-dos-Recursos-Hidricos-Subterraneos-4610.html>. Acesso em: 10/02/2022.

EMBRAPA E IBGE. **Mapa turístico da Paraíba – 2019**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mapa%20da%20paraiba&tbm>. Acesso em 17/03/2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (USP). 1994. 208 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (USP). 1999. 318 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos** - SAQUET, Marco Aurelio e

SPOSITO, Eliseu Savério (Organizadores). - 2. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 195-214.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Censo Demográfico 2010 - <https://cidades.ibge.gov.br/> . Acesso em 27/07/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Censo Agropecuário 2017- <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 27/07/2021.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no pontal do Paranapanema (SP):** Dissidências e Dinâmica Territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente–2006. 120 p.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na “zona da cana” nordestina:** o estudo da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Recife, 2011. 255 f.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva de. **Agronegócio e poder político:** políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. Sociedade e Território – Natal. Vol. 28, N. 2, p. 57 - 81. Jun./Dez. de 2016.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário:** memória cultural, natureza e submundialização – João Pessoa: CT/ Editora Universitária/ UFPB, 2001. 206 p.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste/Brejo Paraibano:** Desenhos, Arranjos e Relações. Tese (Doutorado em Sociologia Rural). Universidade Federal de Campina Grande/Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande – 2006. 209 p.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos** - SAQUET, Marco Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (Organizadores). - 2. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 195-214.

MIRALHA, Vagner. **A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes – SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 199 f.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical:** teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terá no estado da Paraíba. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo – SP, 2008. 500 f.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança:** organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. REVISTA NERA – ANO 10, N. 10 – Janeiro/Junho de 2007.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Espaço, capital e trabalho no campo paraibano.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura brasileira: transformações recentes.** In: Geografia do Brasil – ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Organizador). 6 ed., 3. reimpressão – São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 465-523.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura e indústria no Brasil.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, ago. 2010. p. 5-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** São Paulo: Iände Editora, 2016. 427 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandé Editoria, 2016, 545 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A grilagem de terra na formação territorial brasileira** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. 296 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**, 2. ed. São Paulo : Editora Unesp, 2012. 438 p.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação.** In: Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos - SAQUET, Marco Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (Organizadores). 2. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 13-32.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima – João Pessoa:** 2012. 212 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos Metodológicos da Geografia.** 6. ed. 2 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 26 ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2017. 174 p.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial.** 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2017. 280 p.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** 5. ed.- Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020. 221 p.

SILVA, Elton Oliveira da. **Campesinato e mobilidade social: o estudo dos Projetos de Assentamentos Tiradentes e Frei Damião-PB.** João Pessoa, 2012. 157 f.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os Conceitos e Fundamentos da Pesquisa Sócioespacial**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p. 319.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005. p. 21-42.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do rio Ivinhema no estado de Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente, 2015, 226 p.